

Razões do Senado

- Não precisavam os senadores ter esperado que o presidente de outro poder os lembrasse de que a instituição é que está sendo alvejada pelas recorrentes e acumuladas denúncias contra seu presidente, Jader Barbalho. Pôr fim ao desgaste institucional deixou finalmente de ser uma questão entre oposição e situação. A Casa tratará da autopreservação, mas não antes do dia 1º.

Iniciativas isoladas durante o recesso não levarão a nada, só ao aquecimento do noticiário, diz o senador José Agripino, do PFL. A oposição faz suas tentativas mas sabe que o encaminhamento será dado pelos líderes, a reboque do STF, que pode quebrar antes o sigilo de Jader.

Do Banco Central deve-se esperar também uma palavra definitiva sobre o que descobriu a respeito das irregularidades no Banpará. Se vale o relatório do auditor Patruni, de 1989, ao qual a revista "Veja" teve acesso, uma outra auditoria de 1991 ou a carta do então presidente Francisco Gros, usada por Jader como defesa, que diz não terem sido encontrados indícios de seu envolvimento.

— Estamos vendo o presidente do Senado acusar o BC de prevaricação. Isso também o Senado precisa esclarecer — diz o líder do PT, José Eduardo Dutra.

É corrente no Senado a suspeita de que o relatório Patruni tenha sido arquivado e desarquivado de acordo com os movimentos políticos do interessado. Notícias

dele circularam quando Jader criou a CPI dos Bancos. Voltaram quando ele reagiu à indicação de Tereza Grossi para a diretoria do BC. Essa é uma especulação que o BC também não pode tolerar. Tem que ajudar a eliminar.

Parece claro que o Senado partirá para a autopreservação, mas não antes de agosto. Predomina agora o entendimento dos senadores de que o interesse institucional deve sobrepor-se ao de um senador ou de seu partido. Nem será tão difícil o caminho. Em março a oposição requereu à Mesa que solicitasse ao Banco Central o relatório Patruni e todos os documentos produzidos sobre o caso Banpará. Tal requerimento nunca foi votado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), embora tivesse abrigo na lei e no regimento. Em junho, quando veio à tona outra denúncia contra Jader, a do comércio de TDAs irregulares, os líderes comprometeram-se a votar o requerimento. É o que precisam fazer tão logo o Congresso reabra. Os documentos do Banco Central apontam os passos seguintes.